

I

Elogios

As boas notícias são raras; por isso, é melhor começar por elas, embora qualquer jornalista digno desse nome prefira naturalmente relatar as más.

Antes de mais, assinalemos o facto mais importante: poucas são as décadas na história desta nossa parte do mundo em que tenha reinado a paz. Ora, entre os Estados que pertencem à União Europeia (UE), não se viu eclodir um único conflito armado desde 1945. Quase a duração de uma vida humana sem guerra! Trata-se de uma anomalia de que o nosso Continente muito se deve orgulhar.

Mas também nos podemos congratular por uma série de comodidades que não são de vida ou de morte, comodidades que se tornaram tão naturais que já nem lhes prestamos atenção. As pessoas com menos de sessenta anos não se podem recordar da dificuldade que havia, depois da Segunda Guerra Mundial, em nos deslocarmos a um país vizinho. Uma viagem ao estrangeiro não era concebível sem uma prévia e longa luta burocrática. Quem pretendia cruzar uma fronteira tinha de fornecer cópias certificadas de convites, preencher em triplicado pedidos de visto, para, em seguida, ter de solicitar a autorização de estadia, submeter-se a regulamentos complicados em matéria de divisas

e transpor mais uma dúzia de outros obstáculos. Se queríamos receber um livro do estrangeiro, isso implicava toda uma série de diligências junto da Direcção-Geral das Alfândegas; se esperávamos uma transferência bancária de França ou se tínhamos uma factura a pagar em Espanha, isso era um assunto de Estado que não se conseguia resolver sem uma quantidade de carimbadelas administrativas. Tudo isso hoje não passa de uma remota lembrança. Quem possui um passaporte emitido pela maioria dos Estados-membros pode viver onde quiser, sem precisar de se pôr na fila dos serviços para estrangeiros para solicitar uma autorização de residência ou um visto de trabalho. Tornou-se mesmo possível, com poucas excepções, podermos ligar em toda a parte um aparelho eléctrico sem termos necessidade de trazer na bagagem um arsenal de adaptadores. E as taxas das transações financeiras baixaram consideravelmente na Europa, para grande desgosto das casas de câmbio.

Em resumo, o processo de unificação europeia mudou para melhor a nossa vida quotidiana. Economicamente, durante muito tempo teve um sucesso tão grande que, ainda hoje, lhe batem à porta todos os candidatos possíveis e impossíveis, pedindo-lhe para serem admitidos.

Além disso, devemos estar gratos aos nossos protectores bruxelenses por terem, mais do que uma vez, intervindo energeticamente contra cartéis, oligopólios, malabarismos proteccionistas e subvenções abusivas. As tarifas telefónicas! As cláusulas escritas em letrinhas pequenas, nos contratos, com o fim de vigiarizarem os incautos consumidores! A protecção aos não-fumadores! O pequeno adiantamento quando se levanta dinheiro nas caixas automáticas! A União vela pela criação da maior transparência nestas matérias.

Esse é um trabalho árduo que nunca está acabado. Os governos nacionais deixam-se normalmente defraudar pelos gigantes mundiais das indústrias farmacêuticas e alimentares, da energia, da finança e das comunicações. São adversários que, além de disporem de enormes meios financeiros e de lu-

tarem duramente a fim de garantirem os lucros dos seus monopólios, brandem a ameaça da perda de postos de trabalho e tornaram-se uns verdadeiros virtuosos da evasão fiscal. Nenhum país sozinho é capaz de lhes fazer frente, de resistir às chantagens, nem de os penalizar no momento oportuno. A União Europeia atacou ainda outros problemas que só se podem resolver colectivamente. Tenta, há anos, sem ainda ter alcançado um sucesso decisivo, pôr fim ao ridículo *patchwork* que transformou o controlo do espaço aéreo europeu num perigoso jogo de paciência. Os trinta e seis organismos diferentes que, servindo-se de diferentes procedimentos e técnicas, o supervisionam continuam a ser defendidos até hoje, contra qualquer projecto de simplificação, pelas instâncias militares e civis dos Estados-membros, com uma obstinação coriácea. Esta forma de controlo aéreo custa não só mais de três mil milhões de euros por ano, mas também é um sorvedouro de carburante e um gerador de dificuldades e de um sem-fim de atrasos no tráfego aéreo.

Deploráveis são igualmente as consequências da eterna querela sobre as quotas de pesca e as perpétuas indecisões sobre a questão dos resíduos nucleares, problemas que nenhum dos Estados-membros pode ou pretende manifestamente resolver por si só. Mas não terminam aqui as vantagens que a União nos oferece. Nos cantos mais atrasados da Europa, podemos deparar-nos com cartéis que proclamam que a UE dá subsídios para tudo: construção de uma auto-estrada, de uma ponte, de um edifício ou de um organismo de investigação. Mas é sobretudo a agricultura que se pode regozijar por receber subsídios consideráveis. As grandes explorações, em particular, vão buscar grandes verbas ao maior saco do orçamento comunitário de Bruxelas; a política agrícola dispõe assim de cerca de 59 mil milhões de euros. Em segundo lugar, vem a verba destinada ao auxílio às regiões, com 49 mil milhões de euros que financiam um total de 455 programas. (O Tribunal de Contas deixou cair uma pitada de amargura

neste suave maná, ao divulgar que, segundo ele, 36% desses projectos foram subsidiados com base em dados falsos.)

Contudo, trata-se de benfeitorias que não envergonham ninguém. Deveremos, por isso, felicitar os guardiões bruxelenses pelos belos resultados que, apesar dos «interesses nacionais» ciosamente defendidos, têm conseguido obter em inúmeros domínios? Isso é totalmente desnecessário, porque os organismos europeus nos poupam com todo o gosto essa tarefa, já que eles próprios se encarregam disso.

II

Regras retóricas

Toda a gente sabe que nenhum governo poderia prescindir da propaganda, mesmo que o termo lhe desagrade, e, por isso, hoje prefere-se falar de «comunicação». A União Europeia não é exceção. Há já vários anos que investe fortemente em filmes publicitários e em portais da Internet. Dá 5 milhões de euros de subsídio ao canal Euronews, e 6 milhões à rede de radiodifusão Euranet (ainda que de forma confidencial). O Parlamento Europeu paga também o seu próprio canal de televisão, que lhe custa 10 milhões, pese embora a sua fraca audiência. O que podemos ver ou ouvir nestes canais faz-nos muitas vezes pensar nos boletins emanados de qualquer palácio monárquico. A autocrítica não é o forte dos nossos guardiões.

Normalmente a Comissão dissimula, nos seus relatórios sobre o orçamento da União, o montante das contribuições nacionais, «porque os anti-europeístas poderiam fazer um mau uso desses números». Quem quer saber demasiado a este respeito é considerado um inimigo. A Federação da Função Pública Europeia, que defende o interesse dos funcionários e que anda engalanada, à bruxelense, com a sigla FFPE, ainda vai mais longe nesse secretismo. Recentemente, numa carta aberta, exigiu que a Comissão crie «uma célula especial dotada